

FRANCISCO DIRCEU BARROS

MANUAL DE PRÁTICA ELEITORAL

7ª EDIÇÃO

ACESSE POSSÍVEIS ATUALIZAÇÕES*

Escaneie o código com seu smartphone ou acesse:

<http://edmiz.uno/manual-de-pratica-eleitoral-7>



*As possíveis atualizações serão disponibilizadas até o dia 31/12/2024.


EDITORA MIZUNO
QUALIDADE E SERIEDADE EM LIVROS

Manual de Prática Eleitoral - 7ª edição

©Francisco Dirceu Barros

EDITORA MIZUNO 2024

Revisão técnica: Francisco Dirceu Barros

Revisão de Português: Eliane Chainça

Catálogo na publicação Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

B277m Barros, Francisco Dirceu

Manual de prática eleitoral / Francisco Dirceu Barros. – 7. ed. – Leme-SP: Mizuno, 2024.

736 p.; 17 X 24 cm

ISBN 978-65-5526-832-4

1. Direito eleito: al. 2. Tribunal Superior Eleitoral. I. Barros, Francisco Dirceu. II. Título.

CDD 342.8107

Índice para catálogo sistemático

I. Direito eleitoral

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade dos autores. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade dos autores.

O material disponibilizado *on-line*, incluindo links, QR-codes, vídeos, petições, entre outros, estará acessível durante a vigência da edição atual do livro, podendo ser retirado após esse período, sem aviso prévio.

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA MIZUNO

Rua Benedito Zacariotto, 172 - Parque Alto das Palmeiras, Leme - SP, 13614-460
Correspondência: Av. 29 de Agosto, nº 90, Caixa Postal 501 - Centro, Leme - SP, 13610-210
Fone/Fax: (0XX19) 3554-9820

Visite nosso site: www.editoramizuno.com.br
e-mail: atendimento@editoramizuno.com.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

Aspectos Práticos Gerais das Reclamações e Representações Eleitorais	27
1. Casos de Reclamações e Representações Eleitorais	27
1.1. Representação com normas eleitorais de eficácia postergada	43
1.1.1. A impossibilidade jurídica do uso da analogia para dar eficácia às normas eleitorais de eficácia postergada	45
1.1.2. A impossibilidade jurídica do uso de uma representação propriamente dita nas normas de eficácia postergada	46
1.1.3. O pedido de providência cumulado com tutela inibitória	47
2. Observações Práticas Sobre as Representações Eleitorais	49
2.1. Rito das representações eleitorais	49
2.2. Legitimidade para propor as representações eleitorais	49
2.3. Competência para julgar as representações eleitorais	50
2.3.1. O foro por prerrogativa de função nas representações eleitorais	50
2.4. Valor da causa nas representações eleitorais	50
2.5. Quando não será possível o uso das representações	50
2.6. A ausência de dilação probatória	51
2.7. Capacidade postulatória	52
2.8. A revelia e as representações	52
2.9. A reconvenção, a réplica e as representações	52
2.10. A representação e a litigância de má-fé	53
2.11. Análise da possibilidade da desistência de representação	53
2.12. Antecipação de tutela nas ações que apuram ilícitos eleitorais	54

CAPÍTULO 2

Princípios Estruturantes Típicos do Processo Eleitoral Democrático	55
1. Princípios Estruturantes Típicos do Processo Eleitoral Democrático	55
1.1. O princípio dos elementos valorativos do mundo das eleições	55
2. Princípio da Normalidade Eleitoral (<i>artigo 14, § 9º da CF</i>)	60
3. Princípio da Legitimidade do Pleito Eleitoral (<i>artigo 14, § 9º da CF</i>)	61
4. Princípio da Paridade das Armas ou <i>Pars Conditio</i> (<i>artigo 5º c.c. artigo 14 da CF</i>)	61
5. Princípio da Moralidade para o Exercício do Mandato (<i>artigo 14, § 9º da CF</i>)	62
6. Princípio da Proibição da Tutela Eleitoral Deficiente	64
7. Princípio da Razoabilidade Lógica Suficiente	66
8. Princípio da Anualidade Eleitoral	67
9. Aplicação Subsidiária do Código de Processo Civil e Código de Processo Penal	68
10. O Princípio <i>In Dubio Jus Honorum</i>	68
11. Princípio da <i>Emendatio Libelli</i> Civil Eleitoral	71
12. Princípio da Supra Celeridade dos Feitos Eleitorais	73
12.1. Celeridade X combate a fake news	75
13. Princípio da Gravidade das Circunstâncias que Caracterizam o Ato Abusivo	75
13.1. Critérios objetivos para aferição da gravidade das circunstâncias do ilícito	76
13.2. Eventuais implicações no resultado pleito	78
13.3. A litispendência das ações que apuram ilícitos eleitorais	79

14. Princípio do Quórum Integral.....	80
15. Princípio da Necessidade de Novas Eleições, Independentemente do Número de Votos Anulados.....	80
16. Princípio da Ausência da Perquirição de Aspectos Psicológicos do Autor.....	81
17. Princípio da Tipicidade das Ações Eleitorais.....	82
18. Princípio do Aproveitamento do Voto.....	83
19. Princípio da Proibição do <i>Venire</i>	83

CAPÍTULO 3

Aspectos Práticos que Devem ser Observados para a Maioria das Ações Eleitorais.....	85
1. Condições das Ações Cíveis Eleitorais.....	85
2. Condições da Ação Cíveis Eleitorais Segundo a Teoria da Asserção.....	85
3. Litisconsórcio Passivo Necessário.....	86
4. Legitimidade para Ações Eleitorais.....	87
4.1. Análise da possibilidade do ajuizamento pela coligação de uma ação eleitoral sem a anuência de um dos partidos integrantes da composição.....	87
4.1.1. Análise da possibilidade do ajuizamento pela coligação de uma ação eleitoral após a diplomação.....	88
5. Honorários Advocatícios, Custas na Justiça Eleitoral, Valor da Causa e Sanção por Litigância de Má-Fé.....	90
5.1. O valor da causa nos feitos eleitorais.....	91
6. O Arrolamento de Testemunhas quando o Rito é o do Artigo 22, V, da Lei Complementar Nº 64/90.....	92
6.1. Situação prática: Ministério Público como custos legis.....	93
7. As Especificidades dos Atos Processuais Eleitorais.....	93
7.1. Como fazer a contagem dos prazos eleitorais.....	93
7.2. A contagem dos prazos em dias e prazos em horas.....	96
7.3. As intimações e notificações.....	97
7.3.1. As intimações da concessão de tutela provisória ou à determinação de outras medidas urgentes.....	100
7.4. Ministério Público e a intimação pessoal.....	101
7.5. Exceção: a intimação do Ministério Público Eleitoral em sede de AIRC.....	101
7.6. Uma regra não aplicável ao Ministério Público Eleitoral.....	103
7.7. Prazo em dobro para Ministério Público, da Advocacia Pública, da Defensoria Pública e de litisconsortes com diferentes procuradores de distintos escritórios.....	103
7.8. A busca e apreensão para devolução dos autos.....	105
7.9. A suspensão dos prazos processuais no recesso forense.....	105
7.10. Regra geral para os prazos recursais.....	105
7.11. Da ordem dos processos no tribunal.....	105
7.12. Diretrizes gerais para o sistema recursal.....	106
7.13. A intimação via WhatsApp.....	107

CAPÍTULO 4

O Sistema de Valoração das Provas no Direito Eleitoral - "a Prova Testemunhal Singular, a Interceptação Ambiental, Escuta Ambiental, Gravação Ambiental no Direito Eleitoral".....	109
1. A Prova Testemunhal no Direito Eleitoral.....	109
2. Sistema de Valoração Tarifado <i>Versus</i> a Persuasão Racional do Magistrado Eleitoral.....	112
3. A Captação Ambiental, a Gravação Ambiental e a Interceptação Ambiental no Direito Eleitoral.....	113
3.1. Divisão da captação ambiental.....	114
4. A Captação Ambiental ou Gravação Ambiental em Defesa de uma Liberdade Pública.....	121
5. Restrições à Prova Ambiental Feita por um dos Interlocutores no Direito Eleitoral.....	123
6. As provas Eleitorais Ilícitas Derivadas e a Teoria dos "Frutos da Árvore Envenenada" (<i>the fruit of the poisonous tree</i>).....	125
7. Limitações à Teoria dos "Frutos da Árvore Envenenada" (<i>the fruit of the poisonous tree</i>).....	125
8. A Prova Emprestada no Direito Eleitoral.....	129
8.1. Prova emprestada e a não exigência das partes uniformes.....	130

8.2. Prova emprestada e exigência de contraditório	131
8.3. Prova emprestada e celeridade processual	132
8.4. O valor da prova emprestada no direito eleitoral	132

CAPÍTULO 5

Teoria e Prática da Propaganda Política	133
1. ARPI – Ação de Reclamação por Propaganda Irregular	133
1.1. O poder de polícia no Direito Eleitoral	133
1.1.1. Conceito de poder de polícia no Direito Eleitoral	134
1.1.2. Das espécies de poder de polícia	134
1.1.3. A fundamentação legal do poder de polícia imediato do juiz eleitoral	135
1.1.3.1. Crime oriundo do exercício irregular do poder de polícia	136
1.1.4. O poder de polícia sobre a propaganda eleitoral na internet	137
1.1.5. A fundamentação legal do poder de polícia mediato do Ministério Público Eleitoral	138
1.1.6. O poder de polícia mediato do Ministério Público Eleitoral e a teoria dos poderes implícitos	139
1.1.7. Atividades práticas que o Ministério Público Eleitoral deve desenvolver no exercício do poder de polícia mediato no ensejo de combater a propaganda eleitoral irregular	140
1.1.8. A fundamentação do poder de polícia mediato exercido pelos partidos, coligações/federações ou candidatos	142
1.1.9. Da Desinformação na Propaganda Eleitoral	143
1.1.9.1. NIPE (Notícia de irregularidade na Propaganda Eleitoral) Atividades práticas que o juiz deve desenvolver no exercício do poder de polícia imediato no ensejo de combater a propaganda eleitoral	148
1.1.9.2. Outras atividades do juiz eleitoral no exercício do poder de polícia imediato	149
1.1.9.2.1. Propaganda maniqueísta	149
1.1.10. Vedação da atividade <i>ex officio</i> do juiz com a finalidade de combater a propaganda irregular	154
1.1.11. Vedações ao excesso no uso do poder de polícia	154
1.2. Para que serve a ARPI	156
1.2.1. O poder de polícia e o princípio da liberdade de expressão	156
1.3. Os motivos que ensejam a ARPI	156
1.3.1. Espécie n. 1: propaganda eleitoral	157
1.3.2. Espécie n. 2: propaganda intrapartidária	157
1.3.3. Espécie n. 3: propaganda partidária	161
1.3.4. Espécie n. 4: propaganda institucional	163
1.3.5. Outras hipóteses de irregularidades na propaganda	165
1.3.5.1. Propaganda eleitoral nas sedes e dependências dos partidos e nos comitês de campanha	176
1.3.5.2. As mensagens eletrônicas e as mensagens instantâneas enviadas por candidato, partido político ou coligação	176
1.4. Previsão legal da ARPI	177
1.5. Legitimidade ativa da ARPI	177
1.6. Legitimidade passiva da ARPI	183
1.6.1. Princípio da proibição da pré-candidatura	184
1.6.2. Teoria da mera conduta	185
1.7. Prazo para interposição da representação eleitoral	186
1.7.1. Prazo inicial	186
1.7.2. Prazo final	189
1.8. Competência para julgar a ARPI	190
1.8.1. A comprovação do cumprimento das determinações da Justiça Eleitoral relacionadas à propaganda	191
1.8.2. A competência para conhecer e julgar a representação para retirada de propaganda eleitoral depois das eleições	192
1.9. Efeito da procedência da ARPI	193
1.9.1. Outras consequências da propaganda irregular	194

1.9.1.1. Possibilidade de cumulação de sanções.....	198
1.9.2. O efeito da retirada da propaganda.....	200
1.9.2.1. Efeito da retirada da propaganda irregular nos bens privados.....	200
1.9.2.2. Efeito da retirada da propaganda irregular em bens públicos (<i>de uso comum</i>).....	202
1.9.2.3. Efeito da retirada da propaganda por meio de outdoor em bens privados ou em bens públicos (ou <i>de uso comum</i>).....	204
1.9.2.4. Efeito da retirada da propaganda em caso de concessão de liminar.....	205
1.9.2.5. Responsabilidade pela comprovação da retirada.....	208
1.10. Procedimento da ARPI.....	208
1.10.1. Petição inicial.....	208
1.10.1.1. Como são fixados os prazos na ARPI.....	211
1.10.2. Capacidade postulatória.....	213
1.10.3. A ausência de dilação probatória.....	214
1.10.4. Depoimento pessoal do representado.....	215
1.10.5. Quando o juiz indefere a representação sem julgamento do mérito.....	216
1.10.5.1. A falta do pedido.....	217
1.10.5.2. O pedido e a litispendência.....	217
1.10.5.3. Concessão de pedido liminar.....	217
1.10.5.4. O pedido cumulativo.....	218
1.10.5.5. Recurso do indeferimento da inicial.....	219
1.10.6. Da improcedência liminar do pedido.....	219
1.10.7. Atividade que o juiz eleitoral deve fazer ao receber a representação.....	219
1.10.8. A defesa do réu.....	221
1.10.9. A intervenção do Ministério Público Eleitoral.....	222
1.10.10. Transcorrido o prazo de 1 (um) dia para o Ministério Público Eleitoral ofertar o parecer.....	223
1.10.11. Memoriais finais.....	223
1.10.12. Do julgamento da ARPI.....	224
1.10.13. A publicação dos atos judiciais.....	224
1.10.14. A revelia e a ARPI.....	224
1.10.15. Reconvensão, réplica e a ARPI.....	224
1.10.16. Litisconsórcio e a ARPI.....	224
1.10.17. Desistência da ARPI.....	226
1.10.18. Da tutela inibitória eleitoral.....	226
1.10.19. Dos recursos para o Tribunal Regional Eleitoral.....	227
1.10.19.1. Recurso contra sentença proferida por Juiz Eleitoral em sede de ARPI.....	227
1.10.19.2. As atividades do Relator do TRE.....	228
1.10.19.3. Recurso contra decisões proferidas por Juiz Auxiliar do TRE em sede de ARPI.....	229
1.10.20. Dos recursos para o TSE.....	230
1.10.21. Efeitos dos recursos em sede de ARPI.....	231
1.10.21.1. Ministério Público Eleitoral, os litisconsortes com diferentes advogados, o defensor público e o prazo em dobro para recorrer.....	232
1.10.21.2. Ministério Público Eleitoral e a intimação pessoal para recorrer.....	232
1.10.21.3. A defensoria pública e a intimação pessoal para recorrer.....	233
1.10.22. Observações muito importantes.....	233
1.10.22.1. O que acarreta a não observância dos prazos supracitados.....	234
1.10.23. A priorização dos feitos eleitorais.....	235
1.11. A representação e a litigância de má-fé.....	236
1.11.1. Como calcular o valor da litigância de má-fé.....	236
1.12. Honorários advocatícios em sede de ARPI.....	237
1.13. O ônus da prova da propaganda irregular.....	237
1.14. Um macete de ordem prática.....	238

1.14.1. A fundamentação do prévio conhecimento e do prazo de 48 horas.....	242
1.15. Princípio da responsabilidade solidária na propaganda eleitoral.....	244
1.16. Nova posição do TSE vai elidir a farra das propagandas irregulares e o abuso do poder econômico na propaganda eleitoral.....	244
1.16.1. Formas de propagandas antecipadas que podem configurar abuso de poder.....	256
1.16.2. Formas de propagandas antecipadas que podem configurar abuso de poder.....	257
1.16.3. Observações finais.....	259
1.16.4. Parâmetros para identificar uma propaganda eleitoral antecipada ilícita.....	259
1.17. A problemática dos adesivos transmutados de propaganda partidária.....	265
1.18. Propaganda de apoplexia.....	267
1.18.1. Disposições penais relativas à propaganda eleitoral (Artigos 87 usque 106 da Resolução do TSE nº 23.610/2019 - Atualizada com a Resolução nº 23.732/2024).....	269
1.19. Anexo IV – Tabela de prazos processuais.....	273
1.20. Resumo didático do rito das representações eleitorais.....	273

CAPÍTULO 6

Prática das Convenções Partidárias Presenciais e Virtuais ou Híbridas	281
1. Conceito	281
2. Previsão Legal.....	282
3. Finalidade.....	282
4. Prazo	283
5. Direito Líquido e Certo.....	283
6. Quantidade	283
6.1. Vedações e permissões nas prévias e nas convenções partidárias.....	284
6.2. Orientações práticas sobre as convenções partidárias	286
6.3. Principais regras práticas das convenções presenciais e virtuais	286
6.4. Das convenções virtuais: (Nos termos das Consultas TSE nº 0600413-57, 0600460-31 e 0600479-37)	292
6.5. A reserva do registro de atos de natureza interna <i>corporis</i> do partido político.....	293
6.6. O registro dos atos nas convenções partidárias presenciais	293

CAPÍTULO 7

O DRAP (Demonstrativo de Regularidade dos Atos Partidários) e o RCC (Requerimento de Registro de Candidatura)	295
1. Noções gerais	295
2. DRAP	295
2.1. A importância do DRAP	295
2.2. Conteúdo de um DRAP.....	296
2.3. CHECK-LIST - DRAP.....	297
3. RCC (Requerimento de Registro de Candidatura).....	298
3.1. Aspectos práticos que devem ser observados pelo promotor de justiça, juiz eleitoral, partidos, coligações e candidatos no momento da formalização do pedido de registro da candidatura	299
3.2. A instrução do RCC.....	300
3.3. Diligências corretivas	306
3.4. Outras observações práticas sobre o registro da candidatura.....	310
3.5. Check - list do pedido de registro de candidatura para ser usado por candidatos, membros do Ministério Público Eleitoral e juizes eleitorais. “Modelo confeccionado pelo doutrinador Rodrigo Lopez Zilio, Promotor de Justiça coordenador do CAEL do Ministério Público do Rio Grande do Sul”	314

CAPÍTULO 8

A Causa de Registrabilidade Geral e Compulsória: Uma Forma Eficaz para Combater o Machismo Político Eleitoral

1. Fundamentos Legais	327
2. As Consequências Legais do Não Atendimento da Condição de Registrabilidade Geral e Compulsória	329
3. Como Burlar a Exigência Legal	331
4. Consequências Jurídicas do Percentual Branco	333
4.1. O chamamento do DRAP à ordem	334
5. As Mulheres e o Mundo da Política	338
6. Fatos que, Segundo o TSE, Denotam a Fraude na Cota de Gênero	339
7. Candidaturas Únicas do Gênero Feminino	340
8. A Exigência de Prova Contundente de Fraude na Cota de Gênero	343

CAPÍTULO 9

A Quitação Eleitoral e a Condição de Elegibilidade

1. A Desaprovação de Contas e a Ausência de Quitação	353
1.1. As resoluções do TSE	353
1.2. O confronto da Resolução com a Lei	354
2. Ausência de Apresentação de Contas de Campanha e Duração da Falta de Quitação Eleitoral	357
3. A Sanção de Multa sem Trânsito em Julgado e Obtenção de Quitação Eleitoral	358
4. O Parcelamento da Pena de Multa e a Obtenção de Quitação Eleitoral	358
5. O Pagamento da Pena de Multa Após o Prazo do Registro de Candidatura	359
6. O Pagamento da Pena de Multa e a Prescrição	359

CAPÍTULO 10

Teoria e Prática da AIRC – Ação de Impugnação de Registro de Candidatura

1. O objetivo da AIRC	361
2. As Causas de Pedir que Ensejam a Airc	361
2.1. O momento oportuno para verificação das condições de elegibilidade e das causas de inelegibilidade	362
3. Previsão Legal da AIRC	377
4. Legitimidade Ativa da AIRC	378
4.1. A notícia de inelegibilidade	379
4.2. Prazo e procedimento da notícia de inelegibilidade	379
4.3. A inaplicabilidade da Súmula nº 11 do TSE ao Ministério Público Eleitoral	380
4.4. Possibilidade da arguição de uma inelegibilidade <i>ex officio</i>	381
4.5. Análise da capacidade postulatória	381
4.6. Vedação para o partido ou a coligação apresentarem impugnação aos seus próprios filiados	382
4.7. Vedação para o partido político integrante de coligação impugnar isoladamente registro de candidatura	383
4.8. Quando é permitido ao partido ou coligação, que não impugnou o registro, recorrer da decisão que o defere	383
4.9. Quando o Ministério Público Eleitoral não pode impugnar	384
4.10. A teoria da impugnação adstrita à circunscrição	384
4.10.1. Teoria da impugnação adstrita ao que se pleiteia	385
4.11. Quando será possível um partido coligado atuar de forma isolada	386
4.12. Requisito básico para a coligação propor qualquer ação eleitoral	386
5. Legitimidade Passiva da AIRC	388
6. Prazo para Interposição da AIRC	388
6.1. Vista pessoal para o Ministério Público eleitoral	389
7. Competência para Julgar AIRC	390
8. Efeito da Procedência da AIRC	390
8.1. A teoria da conta e do risco	392

8.2. A teoria da conta e do risco <i>versus</i> a antecipação da tutela	392
8.3. A AIRC e as sanções diferentes do pedido	393
8.4. AIRC e a exigência de provas <i>inconcussas</i>	393
9. Do Litisconsórcio Ativo e Passivo	393
9.1. Litisconsórcio passivo	394
10. Atividades Práticas do Juiz ao Receber O Pedido de Registro	396
10.1. O que deve conter o pedido de registro	397
11. Teoria das Inelegibilidades Extemporâneas	399
12. Teoria do Provimento Jurisdicional Eficaz e a Inelegibilidade Decorrente da Rejeição das Contas de Gestão.....	401
12.1. O provimento jurisdicional eficaz	402
12.2. A nova posição do TSE.....	403
12.3. Órgão competente para julgar as contas	404
12.4. A posição do STF	405
12.5. Contas relativas a convênio federal e contas quanto à gestão de recursos estaduais transferidos aos municípios mediante convênio, acordo	406
12.6. O efeito diferente do julgamento da conta de governo e da conta de gestão	406
13. O Procedimento da AIRC	407
13.1. A petição inicial e os meios de provas	408
13.2. A contestação	409
13.3. A produção de provas	409
13.4. A oitiva das testemunhas	410
13.5. Das diligências	410
13.6. A coleta de provas.....	411
13.7. As alegações finais	411
13.7.1. Julgamento antecipado da lide.....	411
13.8. A sentença	412
13.9. O princípio supra da celeridade processual e a AIRC	412
13.10. A data final para que todos os registros sejam julgados	413
13.11. Os honorários advocatícios em sede de AIRC.....	413
13.12. A apreciação das provas.....	413
13.13. O prazo recursal.....	413
13.14. A contagem do prazo recursal diferenciada.....	414
13.15. A ilegitimidade do partido que não impugnou o registro de candidato para recorrer da sentença que o deferiu	414
13.16. As contrarrazões	414
13.17. A intervenção do procurador	415
13.18. O julgamento no tribunal.....	415
13.19. O recurso para o TSE	416
13.20. O recurso para o STF	417
14. Observações Didáticas	417
14.1. Análise de Casos Práticos de Elegibilidades e Inelegibilidades.....	418
14.2. Esquema didático do rito da AIRC	443

CAPÍTULO 11

Teoria e Prática da AIJE(Ação de Investigação Judicial Eleitoral)	449
1. Aije – Ação de Investigação Judicial Eleitoral	449
1.1. A importância da AIJE.....	449
1.1.1. Conceito e objetos jurídicos tutelados.....	449
1.2. Para que serve a AIJE	450
1.3. Extinção pela inadequação processual da via eleita	457
1.4. Ato que "caracterizam abuso de poder político, segundo o TSE"	458

1.4.1. Atos que "caracterizam abuso de poder econômico, segundo o TSE"	460
1.4.2. Casuística acerca da utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social em benefício de candidato ou de partido político, segundo o TSE"	462
1.5. Previsão legal da AIJE	463
1.6. Natureza jurídica da AIJE	463
1.7. Legitimidade ativa da AIJE	464
1.7.1. Teoria eleitoral da parte conglobante	464
1.7.1.1. Perquirição de aspectos psicológicos do autor	465
1.7.1.2. Análise do eleitor como agente ativo da AIJE	465
1.7.2. Análise da possibilidade da formação de litisconsórcio ativo	465
1.7.2.1. Litisconsórcio ativo e prazo em dobro	465
1.7.3. Análise da possibilidade de o partido coligado ajuizar investigação judicial eleitoral	466
1.7.4. Análise da possibilidade de um candidato à eleição proporcional impugnar candidato da eleição majoritária	467
1.7.4.1. Análise da possibilidade de um candidato a Vice-Prefeito ou vice-governador impugnar candidatura sozinho	468
1.7.5. Análise de um partido político que não esteja participando de um pleito eleitoral propor a AIJE	468
1.7.6. Análise da uma coligação formada para eleição majoritária impugnar candidatos da eleição proporcional	469
1.7.7. Análise da possibilidade do ajuizamento pela coligação de uma AIJE sem a anuência de um dos partidos integrantes da composição	469
1.7.8. Análise da possibilidade do ajuizamento pela coligação de uma AIJE após a diplomação	470
1.7.9. Análise da possibilidade de um partido político prosseguir com a ação proposta por uma coligação que foi extinta	470
1.7.10. Requisitos para que um pré-candidato possa propor a AIJE	471
1.7.11. Limitação a circunscrição	472
1.7.12. Análise da possibilidade de desistência e consequente assunção da titularidade pelo Ministério Público	473
1.8. Legitimidade passiva da AIJE	473
1.8.1. Legitimidade passiva e a possibilidade de formação do litisconsórcio passivo necessário	475
1.9. Prazo para interposição da AIJE	480
1.9.1. Prazo inicial	480
1.9.1.1. Procedimento preparatório eleitoral (PPE)	487
1.9.2. O prazo final	489
1.10. Competência para julgar a AIJE	491
1.10.1. Competência e foro por prerrogativa de função	491
1.11. Dos efeitos da AIJE julgada procedente	492
1.11.1. Efeitos principais	492
1.11.2. Efeito secundário	494
2. A Aije e as Sanções Diferentes do Pedido	495
3. Aije e a Exigência de Provas <i>Inconscussas</i>	495
4. Aije e a Formação da Convicção do Juiz Pela Livre Apreciação dos Fatos Públicos e Notórios	495
5. A Impossibilidade do Efeito da Procedência da Aije Ser Somente a Inelegibilidade	495
5.1. Dos efeitos dos recursos interpostos da sentença que julga a AIJE	496
5.1.1. Efeito do recurso que julga a AIJE quando esta é usada para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político	496
5.1.2. Efeito do recurso que julga a AIJE quando ela é usada para o combate à captação ilícita de votos	497
5.1.3. Efeito do recurso que julga a AIJE quando ela é usada para o combate às condutas vedadas aos agentes públicos	497
5.2. O procedimento da AIJE	497
5.2.1. Interposição da AIJE através dos legitimados	497

5.2.2. Petição inicial	498
5.2.2.1. Requisitos	498
5.2.2.2. 5.2.2.2 Direção	498
5.2.2.3. Número de cópia	498
5.2.2.4. Valor da causa	498
5.2.2.5. Rol de testemunhas	498
5.2.2.6. Demonstração do lastro probatório mínimo	500
5.2.2.7. Capacidade postulatória	500
5.2.2.8. Procuração do advogado	500
5.2.2.9. Ausência de procuração	501
5.2.2.10. Indeferimento liminar da exordial	501
5.2.2.11. Recurso do indeferimento liminar da exordial	502
5.2.2.11.1. Da improcedência liminar do pedido	502
5.2.2.11.2. Concessão de pedido liminar	503
5.2.3. Atividades do corregedor, que terá as mesmas atribuições do relator em processos judiciais, ou do juiz eleitoral, ao despachar a inicial	503
5.2.4. No caso de o corregedor indeferir a reclamação ou representação, ou retardar-lhe a solução, poderá o interessado renová-la perante o Tribunal, que resolverá dentro de 24 horas	504
5.2.5. O interessado, quando não for atendido ou ocorrer demora, poderá levar o fato ao conhecimento do Tribunal Superior Eleitoral, a fim de que sejam tomadas as providências necessárias	504
5.2.6. Feita a citação, a Secretaria do Tribunal juntará aos autos cópia autêntica do ofício endereçado ao representado, bem como a prova da entrega ou da sua recusa em aceitá-lo ou dar recibo	504
5.2.7. Findo o prazo da citação, com ou sem defesa, abrir-se-á prazo de cinco dias para inquirição, em uma só assentada, de testemunhas arroladas pelo representante e pelo representado, até o máximo de seis para cada um, as quais comparecerão, independentemente de intimação	505
5.2.7.1. A AIJE e a potencialidade lesiva	508
5.2.7.2. Honorários advocatícios	509
5.2.7.3. Análise da possibilidade de aplicação da <i>emendatio libelli</i> em sede de AIJE	509
5.2.7.4. A AIJE e o julgamento antecipado da lide	509
5.2.7.5. A prova pré-constituída na AIJE	510
5.2.7.6. Provas não admissíveis da AIJE	510
5.2.7.7. Decisões interlocutórias tomadas no curso da AIJE	511
5.2.7.8. Crime eleitoral na arguição de inelegibilidade de má-fé	512
5.2.7.9. Falso testemunho em sede de AIJE	512
5.2.7.10. A AIJE e o <i>amicus curiae</i>	512
5.2.7.11. A AIJE e os recursos	513

CAPÍTULO 12

Teoria e Prática da ARCONVE – (Ação de Reclamação das Condutas Vedadas aos Agentes Públicos em Campanhas Eleitorais)

1. As condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais	519
2. A ARCONVE e as Sanções Diferentes do Pedido	520
3. A Arconve e a Exigência de Provas <i>Inconscussas</i>	539
4. Arconve e a Formação da Convicção do Juiz Pela Livre Apreciação dos Fatos Públicos e Notórios	539
5. Da Legitimidade	540
5.1. Legitimidade ativa da ARCONVE	540
5.2. Legitimidade passiva da ARCONVE	540
6. O Prazo para Interposição de uma ARCONVE	541
6.1. O prazo inicial e o incidente do RO/PA n. 748	541
6.2. O prazo final	542
6.2.1. Teoria do armazenamento tático de indícios	543

7. Análise da Possibilidade de Exigência de Prova Pré-Constituída	543
8. Análise da Possibilidade de Exigência de Potencialidade do Dano	543
9. Análise da Necessidade da Realização de Novas Eleições	544
10. Análise da Possibilidade de o Prefeito Reeleito E Cassado por Conduta Vedada Poder Concorrer ao Cargo na Eleição Subsequente	544
11. Competência para Julgar a ARCONVE	544
12. O Procedimento da ARCONVE	545
13. Análise da Possibilidade de Existência de Litisconsórcio Passivo Entre o Titular e o Vice na Eleição Majoritária	545
14. Análise da Possibilidade de Existência de Litisconsórcio Passivo Entre o Candidato e Partido	546
14.1. Análise da possibilidade de existência de litisconsórcio passivo entre agente público responsável pela conduta vedada e o candidato beneficiário	546
15. Análise da Capacidade Postulatória	547
16. O Prazo do Recurso em Sede de ARCONVE	547
17. Dos Recursos	547
18. O Efeito da Decisão em Sede de Arconve	548
19. O Conceito de Agente Público	549
20. As Consequências Práticas do Descumprimento das Vedações	549
20.1. Quando as condutas vedadas podem causar inelegibilidade	550
20.2. A sanção e o princípio da proporcionalidade	551
20.3. As condutas vedadas e o abuso de poder (de autoridade ou político)	551
20.4. O reflexo na Lei de Improbidade	552

CAPÍTULO 13

Teoria e Prática da ARCISU – Ação de Reclamação por Captação Ilícita de Sufrágio	555
1. Para que Serve a ARCISU	555
2. Os Requisitos da ARCISU	557
2.1. A distinção entre “boca de urna” e captação de sufrágio	558
2.1.1. A boca de urna: um crime sem sentido	558
2.1.2. A fundamentação da proibição dos cem metros na boca de urna	559
2.1.3. A boca de urna como crime	559
3. Previsão Legal da ARCISU	560
4. Legitimidade Ativa da ARCISU	560
5. Legitimidade Passiva da ARCISU	561
5.1. Arcisu compulsiva	561
6. A Teoria da Autoria Eleitoral Mediata	562
7. Prazo para Interposição da ARCISU	562
7.1. Prazo inicial da Arcisu propriamente dita	562
7.2. Prazo final	566
8. Competência para Julgar a ARCISU	567
9. Efeito da Procedência da ARCISU	567
9.1. A teoria da dupla imputação eleitoral/penal	567
9.2. A ARCISU e as sanções diferentes do pedido	573
9.3. ARCISU e a exigência de provas <i>incontasas</i>	573
9.4. ARCISU e a formação da convicção do juiz pela livre apreciação dos fatos públicos e notórios	573
10. O Prazo Recursal	573
10.1. O efeito do recurso interposto	574
10.2. Efetivando o efeito suspensivo	575
11. A Constitucionalidade da Sanção	575
12. Procedimento da ARCISU	575
13. A gravidade do fato	576
14. Análise da Possibilidade de Existência de Litisconsórcio Passivo na Eleição Majoritária	578

15. As Promessas de Campanha	578
16. Outras Ações que Podem ser Usadas para Combater a Captação Ilegal de Sufrágio	579
17. Impossibilidade de a Captação Ilícita de Sufrágio ser Apurada na Airc.....	580
18. A Teoria dos Frutos da Árvore Envenenada na Unicidade da Chapa	580
19. Análise da Possibilidade de Desistência da Arcisu	580
20. Análise da capacidade postulatória.....	581
21. Dos recursos	582

CAPÍTULO 14

Teoria e Prática da Ardi – Ação de Reclamação às Doações Irregulares..... 583

1. Aspectos Práticos Relevantes da Ardi – Ação de Reclamação às Doações Irregulares	583
1.1. Para que serve a Ardi (Ação de Reclamação às Doações Irregulares)	583
1.2. Previsão legal da Ardi (Ação de Reclamação às Doações Irregulares).....	583
1.3. Regulamentação das doações às pessoas físicas	583
1.4. Legitimidade ativa da Ardi (Ação de Reclamação às Doações Irregulares)	585
1.5. Legitimidade passiva da Ardi (Ação de Reclamação às Doações Irregulares).....	586
1.6. Prazo para interposição da Ardi (Ação de Reclamação às Doações Irregulares)	586
1.6.1. Prazo inicial	586
1.6.2. O prazo final	586
1.7. Competência para julgar a Ardi (Ação de Reclamação às Doações Irregulares)	586
1.8. O procedimento da Ardi (Ação de Reclamação às Doações Irregulares).....	587
1.9. Peculiaridades atinentes às doações.....	587
1.10. Consequência da procedência da Ardi (Ação de Reclamação às Doações Irregulares)	589
1.11. Doação acima do limite legal e o princípio da insignificância.....	589

CAPÍTULO 15

Teoria e Prática da ARAGI – Ação de Reclamação por Arrecadação e Gastos Ilícitos..... 591

1. Para que Serve a ARAGI	591
1.1. Disposições gerais sobre o limite de gastos nas eleições de 2024.....	591
2. Previsão Legal da ARAGI.....	592
3. Legitimidade Ativa da ARAGI	592
4. Legitimidade Passiva da ARAGI	593
5. Prazo para Interposição da ARAGI	593
5.1. Do prazo inicial	594
5.2. Do prazo final	595
6. Competência para julgar a ARAGI.....	596
7. O Procedimento da ARAGI.....	596
8. As Sanções.....	596
9. Prazo Recursal	598
10. Efeitos do Recurso	598
11. A ARAGI Versus o RCD (Recurso contra a diplomação).....	599
12. A Possibilidade da Alteração do Limite de Gastos dos Candidatos	599
13. Análise da Capacidade Postulatória	600
14. Dos Recursos	600

CAPÍTULO 16

Teoria e Prática da AIME – Ação de Impugnação de Mandato Eletivo..... 603

1. Para que serve a AIME	603
2. Previsão Legal da AIME	609

3. O Bem Tutelado na AIME	610
4. Critérios de Aferição da Influência do Abuso de Poder, Corrupção ou Fraude.....	610
5. A AIME e o Segredo de Justiça	610
6. Legitimidade Ativa da AIME.....	611
7. Legitimidade Passiva da AIME.....	613
7.1. Análise da possibilidade de existência de litisconsórcio passivo necessário entre o titular e o vice na eleição majoritária	614
7.2. Um macete de ordem prática.....	615
7.3. Análise da possibilidade de existência de litisconsórcio passivo entre os candidatos e o partido.....	615
7.4. Análise da possibilidade de existência de litisconsórcio passivo do partido na eleição proporcional	616
8. Do Prazo	617
9. Competência para Julgar.....	618
10. Efeito do Julgamento da AIME.....	619
11. A Procedência da Ação e a Análise do Elemento Subjetivo.....	622
12. Do Procedimento da AIME	623
12.1. A AIME e a prova pré-constituída	624
12.2. A AIME e a prova emprestada	624
13. A AIME e as Sanções Diferentes do Pedido	625
13.1. AIME e a exigência de provas <i>inconcussas</i>	625
13.2. AIME e a formação da convicção do juiz pela livre apreciação dos fatos públicos e notórios	625
13.3. Prolação da sentença.....	625
14. A AIME à Potencialidade Lesiva da Conduta	626
15. Análise da Possibilidade de Existir Litispendência Entre Aije e Aime	627
16. Análise Recursal da AIME	628
16.1. Efeito recursal.....	629
17. Análise da Necessidade de Interposição de Recurso <i>Ex Officio</i>	631
18. Análise da Possibilidade de Desistência da AIME.....	632
19. Análise da Possibilidade do Arbitramento de Honorários de Advogado	634
20. A Tutela Antecipada em Sede de AIME	634
21. Julgamento Antecipado da Lide em Sede de AIME.....	634
22. Réplica e Reconvenção.....	634
23. Duração Razoável do Processo	635
24. Exemplos de Aime Julgada Procedente na Jurisprudência do TSE	635
25. Exemplos de Aime Julgada Improcedente na Jurisprudência do TSE	635

CAPÍTULO 17

Teoria e Prática da AIDI – Ação de Impugnação da Diplomação	637
1. Natureza Jurídica da AIDI	637
2. Previsão Legal.....	637
3. Cabimento e Espécies de AIDI	638
3.1. Inelegibilidade superveniente ao registro de candidatura.....	638
3.1.1. Divisão da inelegibilidade infraconstitucional.....	638
3.2. Inelegibilidade de natureza constitucional	642
3.3. Falta de condição de elegibilidade	643
3.3.1. Elegibilidade.....	643
3.3.2. Condições de elegibilidade	643
3.3.3. Análise da possibilidade de o juiz indeferir a diplomação <i>ex officio</i>	646
3.3.4. Taxatividade da ação de impugnação da diplomação.....	648
3.3.5. Legitimidade ativa da AIDI	648
3.3.6. Legitimidade passiva da AIDI	650
3.3.7. Prazo para interposição	650

3.3.8. Competência para julgar.....	651
3.3.9. O que causa a procedência da AIDI.....	652
3.3.9.1. A AIDI e as sanções diferentes do pedido.....	652
3.3.9.2. AIDI e a exigência de provas <i>inconcussas</i>	652
3.3.9.3. AIDI e a formação da convicção do juiz pela livre apreciação dos fatos públicos e notórios.....	653
3.3.10. O efeito da AIDI.....	653
3.3.11. A AIDI e o juízo de retratação.....	653
3.3.12. Análise da possibilidade de existência de litisconsórcio passivo necessário entre o titular diplomado e o vice na eleição majoritária.....	654
3.3.13. Análise da possibilidade de existência de litisconsórcio passivo necessário entre o titular diplomado e o seu partido.....	655
3.3.14. Análise da possibilidade de desistência da AIDI.....	655
3.3.15. Litispendência/Continência.....	656
3.3.16. Recursos da AIDI.....	656
3.3.17. Do Procedimento.....	657
3.3.18. Observações didáticas importantes.....	660

CAPÍTULO 18

Aspectos Práticos dos Dias que Antecedem as Eleições.....	661
--	------------

CAPÍTULO 19

Prática da Desincompatibilização: Eleições 2024.....	673
---	------------

1. Introdução.....	673
2. Breves Noções Didáticas.....	673
2.1. Conceito.....	673
2.2. Os princípios estruturantes da desincompatibilização.....	674
2.3. O escopo das regras da desincompatibilização.....	675
2.4. Consequências.....	676
3. Os Prazos de Desincompatibilização.....	676

CAPÍTULO 20

Prisões no Período Eleitoral.....	695
--	------------

CAPÍTULO 21

Prática da Diplomação dos Candidatos Eleitos.....	699
--	------------

CAPÍTULO 22

A Execução da Multa Eleitoral.....	705
---	------------

1. A execução da multa cível eleitoral.....	705
1.1. A legitimidade para executar a multa com valor ínfimo.....	706
1.2. A prescrição da multa eleitoral.....	707
1.3. Do parcelamento da multa.....	707
1.4. Órgão competente.....	708
1.5. Local da execução.....	709
1.6. Legitimidade para execução da multa eleitoral criminal.....	709
1.7. Análise da possibilidade de transmissão da multa aos herdeiros.....	710
1.8. Como calcular a multa imposta nas ações eleitorais.....	711

CAPÍTULO 23

Direito de Resposta (DR)	713
1. Previsão legal	713
1.1. Prazo inicial	713
1.2. Legitimidade	714
1.3. Causa de pedir	714
1.4. Direito de resposta e crime eleitoral	715
1.5. Prazos para o exercício do direito de resposta	716
1.6. Procedimento do direito de resposta	716
1.7. Oitiva do Ministério Público	716
1.8. Regras a serem observadas no caso de pedido de resposta relativo à ofensa veiculada em órgão da imprensa escrita	716
1.9. Regras a serem observadas no caso de pedido de resposta relativo à ofensa veiculada em programação normal das emissoras de rádio e de televisão	717
1.10. Regras a serem observadas no caso de pedido de resposta relativo à ofensa veiculada no horário eleitoral gratuito ..	717
1.11. Regras a serem observadas no caso de pedido de resposta relativo à ofensa veiculada em propaganda eleitoral na Internet	718
1.12. Competência para julgar o DR	719
1.13. Da impossibilidade de cumulação de pedidos	719
1.14. Da petição inicial	720
1.15. Do recurso cabível	720
1.16. A penalidade pelo não cumprimento da ordem que concede o direito de resposta	720
1.17. A prioridade da representação do direito de resposta	720
1.18. O não cabimento do DR na jurisprudência do TSE	721
 REFERÊNCIAS	723
 ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO	725
 INSTRUÇÕES PARA USO DAS PEÇAS PRÁTICAS ON-LINE DESTE LIVRO	736